

Nesta quinzena Congresso deve votar importantes propostas econômicas do governo

Brasília vive uma super quinzena quente antes do recesso parlamentar, e não será devido à temperatura ambiental. Votações e depoimentos agitarão a Câmara e o Senado até o dia 17 de julho. O governo Lula aguarda a votação de importantes pautas econômicas na Câmara dos Deputados com poder de alterar o cenário das contas públicas e a conjuntura da economia. São elas as alterações do Senado ao arcabouço fiscal (PLP 93/23), o voto de qualidade no Carf (PL 2384/23) e a recriação do Programa de Aquisição de Alimentos (PL 2920/23), além da discussão da reforma tributária (PEC 45/19).

Por outro lado, a Comissão Parlamentar Mista de Investigação (CPMI) do 8 de janeiro ouvirá o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro (PL), e também Anderson Torres, ex-ministro da Justiça de Bolsonaro e então secretário de Segurança Pública do Distrito Federal que tirou férias nos Estados Unidos no 8 de janeiro.

O Congresso entra de férias a partir do dia 18 de julho e deve retornar as atividades em 1º de agosto.

Na CPMI do 8 de janeiro, o presidente Arthur Maia (UB-AP) marcou para a terça-feira (4) o depoimento do tenente coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro.

Outro depoimento muito esperado pela sociedade brasileira e internacional é o de Anderson Torres, ex-ministro da Justiça de Bolsonaro e ex-secretário de segurança do Distrito Federal.

Cid está preso preventivamente por suspeita de participação em suposto esquema de fraude em certificados de vacinação da Covid-19, além de ser alvo de outros dois inquéritos. Um inquérito envolve o recebimento e tentativa de resgate de joias dadas pelo governo da Arábia Saudita ao governo Bolsonaro; e o outro é referente ao golpe de 8 de janeiro.



A Polícia Federal interceptou mensagens com teor golpista no celular de Mauro Cid. A análise do aparelho descobriu também uma suposta minuta de decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e outros textos que dariam suporte ao governo Bolsonaro em um eventual golpe de Estado. Esse material integra arquivo de conversas entre Cid e o sargento do Exército Luís Marcos dos Reis, que também está preso.

O ajudante de ordens de Bolsonaro também trocou mensagens com outro coronel do Exército, Jean Lawand Júnior em 2022. Nas conversas, Lawand pedia que Cid intercedesse junto a Bolsonaro para desencadear um golpe com a presença de militares.

Em depoimento à CPMI em 27 de junho, Lawand alegou que ao pedir a Cid que interviesse para que o então presidente desse a “ordem”, não se referia a golpe. Mas que queria dizer, na verdade, que o pedido era para que o presidente “desse a ordem para apaziguar o país”.

“O celular dele (Cid) é um cipal de declarações golpistas, inclusive com o preâmbulo de um ato institucional do golpe. Não vai ter como negar. O Jean Lawand mentiu dizendo que pediu uma ordem para apaziguar o país. E como não houve a prisão dele na CPMI, nós entramos com uma notícia crime na Procuradoria Geral da República, para que devidas providências sejam feitas”, observou Jandira Feghali.

As mensagens estavam nos aparelhos telefônicos de Lawand e também do ex-major do Exército Ailton Barros e do coronel Elcio Franco.

Economia

Estão em andamento esforços para que três propostas econômicas importantes para o governo e aos brasileiros sejam votadas imediatamente: o arcabouço fiscal, a reforma tributária e a reestruturação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

Tanto que o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), antecipou a reunião de líderes dos partidos de terça-feira para a noite deste domingo. O encontro definirá os projetos que integraram a pauta da Casa.

Há possibilidade de inicialmente os deputados apreciarem o projeto de lei do Carf, cuja urgência já foi aprovada há duas semanas e está trancando a pauta da casa. A proposta definirá a volta, ou não, do voto de qualidade, que garante ao presidente do Conselho o desempate nas votações de causas entre empresas e a Receita Federal.

Atualmente, quando há empate na votação no Carf, a decisão converge em favor do contribuinte.

Na sequência, de acordo com parlamentares, deve voltar a ser analisado o novo texto do arcabouço fiscal, depois das alterações realizadas pelo Senado no projeto.

Foram retirados os limites de gastos impostos pelo arcabouço fiscal do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e das despesas com ciência, tecnologia e inovação.

Além disso, o Senado mexeu no texto base concedendo permissão ao governo a usar a estimativa de inflação para servir como referência e elevar o orçamento anual.



Condsef/Fenadsef reforça luta por igualdade da insalubridade pelo salário base para todos

Durante a cerimônia de assinatura do ACT 2023/2024 dos trabalhadores da Ebserh, o secretário-geral da Condsef/Fenadsef reafirmou o compromisso com a luta pela igualdade da insalubridade pelo salário base para todos. A entidade também reforça a importância de iniciar os trabalhos em torno dos grupos de trabalho que irão debater temas urgentes e centrais aos

trabalhadores da Ebserh. Entre eles estão: Adicional de Titulação, Previdência Complementar, Seguro de Vida em Grupo, Revisão do PCCS e Norma de Progressão, Licenças e Afastamentos, bem como Assédio Moral e Sexual.

A Condsef/Fenadsef já encaminhou à direção da Ebserh os nomes dos trabalhadores que irão compor esses grupos.

Condsef/Fenadsef



O pior presidente para os servidores públicos está inelegível por oito anos

O pior presidente para os servidores públicos federais desde o início do processo de redemocratização do Brasil se tornou inelegível. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) terminou nesta sexta-feira, dia 30 de junho, o julgamento que decidiu sobre a inelegibilidade de Jair Bolsonaro (PL) por oito anos, a contar das últimas eleições presidenciais, em 2022.

Bolsonaro foi julgado por abuso de poder político e uso indevido dos meios de comuni-

cação, em razão da reunião com embaixadores estrangeiros, em 2022, na qual ele atacou o sistema eleitoral brasileiro.

Como pré-candidato à reeleição, Bolsonaro fez declarações sem provas que colocaram em dúvida a segurança das urnas e do processo eleitoral, em um arremedo do que fez Donald Trump nos Estados Unidos da América (EUA), tendo como objetivo embasar um futuro golpe caso perdesse as eleições. Golpe que só não se viabilizou por falta de apoio das forças armadas bra-

sileiras e dos EUA. A reunião foi transmitida pelo canal oficial do governo e nas redes sociais de Bolsonaro.

Votaram pela inelegibilidade do ex-presidente o relator, ministro Benedito Gonçalves, e os ministros Floriano de Azevedo Marques, André Ramos Tavares, Carmen Lúcia e Alexandre de Moraes. Já Raul Araújo e Nunes Marques, como era esperado, votaram a favor de Bolsonaro.

[Matéria completa em Condsef / Sindsep-PE](#)

Marcha das Margaridas 2023

A marcha das margaridas é a maior ação de mulheres da América Latina.

[Doe e contribua com a edição de 2023: pela reconstrução do nosso país e pelo bem viver!](#)

